



## Alerta para a educação infantil

ANGELA DANNEMANN



Os dados do Censo Escolar, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), acenderam um alerta para a educação infantil: em comparação com 2019, temos 653 mil matrículas a menos em creches e na pré-escola. O impacto desse número nos exige atuação imediata sobre a primeira infância, período crucial para as crianças constituírem as bases de sua aprendizagem. Fora da escola, elas deixam de ter os estímulos emocionais, físicos, sociais e cognitivos cruciais para seu desenvolvimento integral. Estamos falando aqui de direitos e do futuro de toda uma geração.

A queda nas matrículas da educação infantil é atribuída diretamente à pandemia, que também afetou o desenvolvimento daqueles que continuaram matriculados. Mesmo após a flexibilização das medidas de isolamento no fim de 2021, 35% das redes continuavam ofertando ensino apenas de forma remota para creches, e 22% para a pré-escola, de acordo com pesquisa da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). A prova disso é que a ausência da rotina presencial comprometeu o desenvolvimento infantil: 27% das crianças apresentaram retrocesso em seus comportamentos — por exemplo, na capacidade de comunicação —, conforme o estudo “Primeiríssima Infância”, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Recuperar as perdas na educação infantil será decisivo para que desigualdades não sejam ainda mais aprofundadas e alongadas no tempo. De acordo com o relatório Education Policy Outlook Brasil, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no ritmo atual de progresso, o país não alcançará a meta do Plano Nacional de Educação de 50% de matrículas para crianças de 0 a 3 anos até 2024.

Outro desafio nacional será a alfabetização, que tem na primeira infância parte fundamental. De acordo com estudo da Fundação Getulio Vargas, liderado por Marcelo Neri, o alto número de crianças em fase de

alfabetização fora da escola deverá gerar no futuro piora nos índices de analfabetismo total ou funcional (quando a pessoa sabe ler, mas não sabe interpretar).

Enfrentar todo esse cenário demanda estratégias para a recuperação de aprendizagens, realização de avaliações diagnósticas, além da já conhecida busca ativa. Os gestores educacionais terão ainda de encarar outro problema grave, que atinge 4,6% dos domicílios brasileiros (Pesquisa de Orçamentos Familiares/IBGE): a insegurança alimentar. A Bahia incluiu uma refeição a mais por turno para ajudar no combate à evasão escolar e garantir a segurança alimentar das crianças, como noticiou O GLOBO.

Responsáveis pela educação infantil, os municípios precisam de todo o apoio para garantir mais equidade. As organizações da sociedade civil exercem papel importante para o desenvolvimento das competências gerais previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que tem como eixos estruturantes a brincadeira e a interação. É o que ocorre no sertão da Paraíba. Por meio de uma parceria entre a Associação Cultural Pisada do Sertão e uma escola da cidade de Poço de José de Moura, são oferecidas atividades como dança, musicalização e esporte no turno complementar à escola, como forma de recompor a aprendizagem da educação formal.

Base para o desenvolvimento do indivíduo, a educação infantil demanda ações coordenadas de todas as esferas do poder e sociedade. Neste início de ano letivo, com a vacinação, as crianças finalmente terão mais segurança, e é preciso oferecer a estrutura para que todas iniciem adequadamente sua trajetória escolar. É nessa janela que temos a chance de escrever o futuro do Brasil com mais equidade.



Angela Dannemann é superintendente do Itaú Social